

DE INTERPRETATIONE RECTA



LEONARDO BRUNI ARETINO

L EONARDO BRUNI (1374-1444), escritor, político, filólogo, filósofo, historiador, professor de retórica, tradutor, é considerado o mais talentoso e versátil dentre os jovens que pertenciam ao círculo de Coluccio Salutati (1331- 1406), por volta do ano de 1400, e, sendo um dos primeiros seguidores de Petrarca (1303-1374) a possuir um verdadeiro conhecimento da língua grega, ajudou a direcionar o movimento humanista para o interesse do helenismo, o que teve importantes conseqüências na evolução do pensamento europeu.

O texto *De interpretatione recta*, datado entre os anos de 1420 a 1426, foi anexado a sua tradução da *Ethica Nicomachea* (1414-18), de Aristóteles (384-322), como conseqüência dos problemas suscitados por sua tradução em confronto com uma antiga tradução existente. Esse famoso texto é considerado o primeiro tratado moderno em apresentar de forma independente reflexões sobre a tarefa de traduzir, em especial sobre a tradução literária. Folena (1991) situa o tratado de Bruni, “il più meditato e penetrante di tutto l’umanesimo europeo”, no ponto de inflexão entre a história medieval e moderna da tradução e de sua teorização. Com ele se inicia a história dos manuais de tradução. Não em vão, em seu ensaio se documenta por primeira vez a palavra *traduco*.

O pensamento de Bruni é a concreção de um desenvolvimento na concepção do modo de traduzir que começara ao menos um século antes e que de alguma maneira tem sua origem ainda entre os romanos. É possível reconhecer no texto bruniano as opiniões de Cícero (106-43) sobre tradução, ou certos aspectos da estética horaciana, ou mesmo a retomada de alguns pensamentos de São Jerônimo (ca. 348-420), além de insistir nos três requisitos para uma boa tradução expostos anteriormente por Roger Bacon (ca. 1220-1292): o conhecimento da língua de partida, da língua de chegada e da matéria envolvidas na tradução. Porém, mais do que um simples retomar de alguma concepção antiga, as idéias de Bruni a respeito da tradução – pode-se de certa forma generalizar – são as idéias que o Humanismo vai desenvolvendo e exercitando nesse campo. Além dos elementos lingüísticos, o tratado bruniano insiste sobre os aspectos retóricos de uma tradução. E é aqui onde se encontra certamente o maior valor da teorização bruniana e a base da fundação da moderna tradução literária. Há no tratado uma exigência da reprodução da arte literária para a tradução correta, o que é possível via o uso dos recursos que oferecem a retórica e a oratória, além do conhecimento lingüístico e filológico de ambas as línguas.

O capítulo I de seu tratado é sem dúvida o mais importante do tratado bruniano com respeito à sua concepção e teorização da tradução. Na primeira oração apresenta uma definição da arte de traduzir: *quod in altera lingua scriptum sit, id in alteram recte traducatur*, “o que tenha sido escrito em uma língua seja traduzido corretamente a uma outra.” É uma concepção hermenêutica da tradução pois supõe uma interpretação correta do original, e, dirá em seguida seu autor, não apenas com relação ao conteúdo mas também à forma e ao estilo de cada texto e escritor. A tradução é uma “arte que exige talento”, *ars, quae peritiam flagitat*, “uma empresa grande e difícil”, *magna res ac difficilis*, e ao tradutor pede-se-lhe uma “formação técnica e literária”, *disciplina et litteris*, “instrução e refinamento”, *doctum et elegantem*. Essa concepção se fundamenta, *grosso modo*, em quatro aspectos:

I. *Conhecimento da língua de partida ou ‘compreensão’*. Este conhecimento, que deve ser grande, exercitado, refinado, de todos os níveis e em seus mecanismos mais peculiares, modismos, figuras de linguagem, expressões metafóricas de pensamento, etc., se adquire através da leitura das boas obras literárias, seja da filosofia, da poesia, da oratória, e de todos os gêneros. Conhecer a língua significa para Bruni, mais que apenas o relativo à lingüística, estilos e gêneros, também o conhecimento de sua sociedade de origem, sua cultura, história e política. Isto se encaixa bem dentro da metodologia dos *studia humanitatis* (gramática, retórica, história, poesia e filosofia moral), que se enriqueceu com as contribuições de métodos filológicos bizantinos, e com novas perspectivas de compreensão da história – além da proposta de Petrarca de uma nova divisão da história em períodos antigo, médio e moderno, a qual comparte Bruni, este revela uma consciência de periodização na história cultural, em que os períodos culturais são períodos lingüísticos (Griffiths *et al.* 1987: 11). Conhecer para compreender. O tradutor deve contextualizar com conhecimento a obra que traduz para entendê-la desde seu meio de procedência, e entendê-la não apenas em seus aspectos extrínsecos mas também nos intrínsecos, como as características e estilo de seu autor, os tropos e figuras utilizados.

II. *Conhecimento da língua de chegada ou ‘expressão’*. Esse é o segundo requisito fundamental para o tradutor. Não basta com conhecer a língua de partida e entender a obra que vai ser traduzida; é mister também dominar a língua de chegada com todo seu leque de matices semânticos e de conotações sinonímicas para fazer um correto e pleno uso de suas potencialidades, expressando na tradução o que havia no original. Isso implica também um grande conhecimento da história, da cultura, da literatura da língua de chegada em gêneros, estilos e recursos. Conhecer para expressar. O tradutor deve reproduzir na tradução tanto o conteúdo como a forma e o estilo do original. Tradução é comunicação.

III. *Conhecimento da matéria*. O tradutor que não conhece a matéria, o assunto de sua tradução, não pode traduzir corretamente. Não basta dominar as línguas de partida e de chegada, não basta ser linguista para ser bom tradutor. Deve-se conhecer a matéria sobre a qual se traduz. Essa concepção de Bruni, que perpassou a Idade Média, faz eco do pensamento de Catão (234-149 a.C.), em *Ad Marcum filium* (Frag. 371), também presente na *Ars poetica* de Horácio (vv. 40-41; 310-311): *rem tene, uerba sequentur*, “domina o assunto e as palavras o seguirão”. O conteúdo condiciona a expressão.

IV. *Possessão e uso do ouvido ou ‘ritmo’ e ‘harmonia’*: A reprodução do estilo. Esse requisito diz respeito à compreensão e reprodução artística do original. O conhecimento de ambas as línguas e da matéria associado ao bom ouvido deve oferecer ao tradutor a capacidade de captar as belezas artísticas do original até em seus matizes rítmicos e harmônicos para reproduzi-los na tradução. O ritmo pode ser captado pelo ouvido na leitura atenta e respeitosa dos membros, incisos e períodos da oração (*cola et commata et periodos... observare*). O bom conhecimento de ambas as línguas inclui, pois, a prosódia. Tradução é ritmo e textualização. Com os requisitos já mencionados, o tradutor deverá fazer uma *imitatio* do estilo pessoal do autor traduzido. A *imitatio* que propõe Bruni é análoga à da pintura. – A comparação entre a pintura e a poesia é clássica (*Vt pictura poesis*, “a poesia é como a pintura”, em Horácio, *Ars poetica*, v. 361): além de Horácio utilizá-la algumas vezes em sua poética, aparece frequentemente na *Poetica* de Aristóteles.

O tradutor, em sua tarefa, se conveterá em co-autor do original, expressando como o poeta, o escultor e o pintor a figura, o gesto, o movimento, a cor e todos os matizes do discurso. Adaptando-se a cada tradução, emulará o estilo de cada autor, conservando a propriedade de sua linguagem, a beleza do discurso e o aspecto do texto original, com todos seus adornos. O adorno consiste em figuras de dicção (estruturas rítmicas) e de pensamento. Tradução é retórica e arte.

Mauri Furlan
maurizius@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

DE INTERPRETATIONE
RECTA¹
(1420)

Cum Aristotelis libros ad Nicomachum scriptos e Graeca lingua in Latinum uertissem, praefationem apposui, in qua per multos errores interpretis antiqui disserendo redargui. Has redargutiones meas nonnulli, ut audio, carpunt quasi nimium inclementes. Aiunt enim: etsi errores inerant, tamen illum, quantum intellexit, bona fide in medium protulisse, nec pro eo reprehensionem mereri, sed laudem. Consueuisse moderatos disputatores etiam manifesta errata non usque adeo aperire, sed factis potius redarguere quam uerbis insectari.

Ego autem fateor me paulo uehementiorem in reprehendendo fuisse, sed accidit indignatione animi, quod, cum uiderem eos libros in Graeco plenos elegantiae, plenos suauitatis, plenos inaestimabilis cuiusdam decoris, dolebam profecto mecum ipse atque angebar tanta traductionis faece coinquinatos ac deturpatos eosdem libros in Latino uidere. Vt enim, si pictura quadam ornatissima et amoenissima delectarer, ceu Protogenis aut Apellis aut Aglaophontis, deturpari illam grauitate ferrem ac pati non possem et in deturpatorem ipsum uoce manuque insurgerem, ita hos Aristotelis libros, qui omni pictura nitidiores ornatioresque sunt, coinquinari cernens cruciabar animo ac uehementius commouebam. Si cui

DA TRADUÇÃO
CORRETA
(2011)

Tendo vertido da língua grega à latina os livros de Aristóteles escritos a Nicômaco, acrescentei um prefácio, no qual refutei discorrendo por numerosos erros do antigo tradutor. Alguns, segundo tenho ouvido, criticam estas minhas refutações como demasiado impiedosas. Dizem, pois, que, ainda que haja erros, ele, contudo, divulgou de boa fé o quanto entendeu, e por isso não merece repreensão, mas louvor; que os críticos moderados não têm o costume de expor deste modo nem mesmo os erros evidentes, mas antes que censurar com palavras, refutam com fatos.

Admito, pois, ter sido um tanto veemente ao repreendê-lo, mas aconteceu que, por uma indignação da alma, como eu vira os livros em grego plenos de elegância, de suavidade, e de um inestimável ornato, por certo me condoía comigo próprio e me angustiava ao ver os mesmos livros em latim emporcalhados e desfigurados por tamanha escória de tradução. Assim como se eu me deleitasse com uma certa pintura finíssima e belíssima, como as de Protógenes, Apeles ou Aglaofonte², indignar-me-ia e não poderia suportar que a desfigurassem, e me insurgiria com palavras e atos contra o desfigurador, do mesmo modo me atormentava na alma e me comovia veementemente ao ver serem emporcalhados estes livros de Aris-

¹ O texto latino aqui utilizado foi estabelecido por Hans Baron, 1928, mas com alterações na divisão de parágrafos, realizadas pelo tradutor.

² Protógenes, Apeles e Aglaofonte, célebres pintores gregos, sendo Apeles (séc. IV a.C.) o mais conhecido por ter retratado Filipe II e Alexandre Magno. Nenhuma de suas pinturas chegou até nós.

ergo uehementiores uisi sumus, hanc nos causam nouerit permouisse, quae profecto talis est, ut, etsi modum transgressi fuisset, tamen uenia foret nobis haud immerito concedenda.

Sed non sumus transgressi modum iudicio nostro, sed quamuis indignantes modestiam tamen humanitatemque seruauimus. Sic enim cogita! An ego quicquam in mores illius dixi? An in uitam? An ut perfidum, ut improbum, ut libidinosum illum reprehendi? Nihil profecto horum. Quid igitur in illo reprehendi? Imperitiam solummodo litterarum. Haec autem, per deum immortalem, quae tandem uituperatio est? An non potest quis esse uir bonus, litteras tamen aut nescire penitus aut non magnam illam, quam in isto requiro, peritiam habere? Ego hunc non malum hominem, sed malum interpretem esse dixi. Quod idem fortasse de Platone dicerem, si gubernator nauis esse uellet, gubernandi uero peritiam non haberet. Nihil enim de philosophia ei detraherem, sed id solummodo carperem, quod imperitus et ineptus gubernator esset.

Atque ut tota res ista latius intelligatur, explanabo tibi primo, quid de hac interpretandi ratione sentio. Deinde merito reprehensiones a me factas docebo. Tertio me in reprehendendo illius errata doctissimorum hominum morem obseruasse ostendam.

tóteles, que são mais belos e elegantes que qualquer pintura. Se a alguém parecemos um tanto veementes, saiba que nos perturbou esta causa, a qual por certo é de tal monta que, ainda que tivéssemos extrapolado o limite, contudo, deveria ser-nos concedida vênias não imerecidamente.

Mas não extrapolamos o limite, a nosso ver, e, embora indignados, conservamos a moderação e a humanidade. Reflita, pois, assim: Acaso eu disse algo contra os costumes dele? Acaso, contra sua vida? Acaso o censurei por pérfido, improbo, libidinoso? Nada disto, por certo. O que, portanto, censurei nele? Apenas sua imperícia nas letras. Por Deus, que repreensão é esta, afinal? Acaso não pode alguém ser um bom homem, e contudo não conhecer profundamente as letras ou não possuir aquela grande perícia que reclamo para isto? Eu não disse que ele era um mau homem, mas um mau tradutor. O que igualmente talvez eu dissesse de Platão, se quisesse ser timoneiro de um navio e não tivesse perícia para timoneá-lo. Eu não depreciaria nada de sua filosofia, mas apenas criticaria que fosse um timoneiro imperito e inepto.

E para que tudo isso possa ser mais amplamente entendido, explicar-te-ei em primeiro lugar o que eu penso sobre o método de traduzir. Em seguida, mostrarei as repreensões merecidamente feitas por mim. Em terceiro lugar, mostrarei que, ao repreender os erros dele, observei o costume de homens doutíssimos.

I.

Dico igitur omnem interpretationis uim in eo consistere, ut, quod in altera lingua scriptum sit, id in alteram recte traducatur. Recte autem id facere nemo potest, qui non multam ac magnam habeat utriusque linguae peritiam. Nec id quidem satis. Multi enim ad intelligendum idonei, ad explicandum tamen non idonei sunt. Quemadmodum de pictura multi recte iudicant, qui ipsi pingere non ualent, et musicam artem multi intelligunt, qui ipsi sunt ad canendum inepti.

Magna res igitur ac difficilis est interpretatio recta. Primum enim notitia habenda est illius linguae, de qua transfers, nec ea parua neque uulgaris, sed magna et trita et accurata et multa ac diuturna philosophorum et oratorum et poetarum et ceterorum scriptorum omnium lectione quaesita. Nemo enim, qui hos omnes non legerit, euoluerit, uersarit undique atque tenuerit, uim significataque uerborum intelligere potest, praesertim cum Aristoteles ipse et Plato summi, ut ita dixerim, magistri litterarum fuerint ac usi sint elegantissimo scribendi genere ueterum poetarum et oratorum et historicorum dictis sententiisque referto, et incidant frequenter tropi figuraeque loquendi, quae aliud ex uerbis, aliud ex consuetudine praeiudicata significant.

Qualia sunt apud nos: *gero tibi morem et desiderati milites et boni consule et operae pretium fuerit et negotium facesso* et milia huiuscemodi. Quid enim sit *gerere* et quid *mos*, etiam rudis lector intelligit; quod uero totum significat, aliud est. *Desiderati milites cen-*

I.

Afirmo, pois, que toda a natureza da tradução consiste em que o que tenha sido escrito em uma língua seja traduzido corretamente a uma outra. Ninguém, porém, que não possua muito e grande domínio de ambas as línguas pode fazê-la corretamente. E, em verdade, nem isso basta. Muitos, pois, são idôneos para entender, e, contudo, não o são para explicar; assim como muitos avaliam corretamente a pintura, eles mesmos não sabendo pintar, e muitos entendem de arte musical, eles mesmos sendo ineptos para o canto.

Grande e difícil empresa é, por isso, a tradução correta. Primeiramente deve-se ter conhecimento daquela língua da qual se traduz, e não pouco nem ordinário, mas grande, exercitado, apurado e muito, e adquirido com uma leitura contínua dos filósofos e oradores e poetas e todos os demais escritores. Ninguém, pois, que não tenha lido, penetrado, revolido por todos os lados e compreendido todos eles, pode entender a força e os significados das palavras, especialmente quando Aristóteles mesmo e Platão foram, como eu diria, os maiores mestres das letras e usaram de um elegantíssimo modo de escrever de antigos poetas e oradores e historiadores cheio de ditos e sentenças, onde aparecem frequentemente tropos e figuras de linguagem, que significam uma coisa literalmente, outra segundo o costume preestabelecido. Estas coisas estão em nosso meio: *gero tibi morem* [faço o que desejas], *desiderati milites* [soldados mortos], *boni consule* [aprova; tem por bem], *operae pretium fuerit* [terá valido a pena], *negotium facesso* [crio problema] e milhares deste tipo. O que seja *gerere* [gerar,

tum, si uerba attendas, aliud, si consuetudinem, perierunt. Idem est de ceteris, quae supra posuimus, cum aliud uerba, aliud sententia uerborum significet. *Deprecor hoc* negationem dicit. Rudis autem lector et inexercitatus perinde capiet, quasi illud uelit, quod deprecatur, etsi interpretandum sit: contrarium mihi dicet, quam littera habeat, de qua transfert.

Iuuentus et *iuuenta* duo sunt, quorum alterum *multitudinem*, alterum *aetatem* significat. “Si mihi foret illa iuuenta”, inquit Virgilius; et alibi: “primaueo flore iuuentus exercebat equos”; et Liuius: “armata iuuentute excursionem in agrum Romanum fecit.”— *Deest* et *abest*: Alterum uituperationem, alterum laudem importat. *Deesse* namque dicimus, quae bona sunt, ut oratori uocem, histrioni gestum; *abesse* autem uitia, ut medico imperitiam, causidico praeuaricationem. *Poena* et *malum* affinia uidentur; sunt autem longe diuersa. Nam *dare poenas*: *subire* est ac *perpeti*; *dare* autem *malum* est: *alteri inferre*. Contra uero: Quid alienius uideri potest quam *recipio* et *promitto*. Sunt tamen interdum eadem. Cum enim dicimus *recipio tibi hoc*, nihil aliud significamus quam *promitto*. Possem innumerabilia paene huius ge-

fazer] e *mos* [uso, costume] sabe até mesmo o leitor inculto; o que, porém, significa o todo, é outra coisa. *Desiderati miles centum*, se te aténs às palavras, é uma coisa [cem soldados desejados], se ao uso, “pereceram”. O mesmo acontece às outras que colocamos acima, quando as palavras significam uma coisa, outra, a sentença das palavras. *Deprecor hoc* [afasto isso por meio de rogos] quer dizer negação. Um leitor inculto e inexperiente, porém, entenderá exatamente como se se desejasse aquilo que se rejeita, e se tiver que traduzir me dirá o contrário do que contem a obra da qual traduz.

Iuuentus e *iuuenta* são duas palavras, das quais uma significa “multidão”, a outra, “idade”. “Si mihi foret illa iuuenta”³ [Se eu tivesse aquela juventude], disse Virgílio; e em outra passagem: ‘primaueo flore iuuentus exercebat equos’⁴ [na primeira flor a juventude se exercitava nos cavalos]; e Tito Lívio: “armata iuuentute excursionem in agrum Romanum fecit”⁵ [com a juventude armada fez uma incursão em território romano]. — *Deest* [falta] e *abest* [está ausente]: um implica reprovação, o outro, elogio; dizemos *deesse* [faltar] às coisas que são boas, como a voz de um orador, o gesto de um ator; *abesse* [estar ausente], porém, aos defeitos, como a imperícia de um médico, a prevaricação de um advogado. *Poena* [pena, castigo] e *malum* [desgraça, mal] parecem afins; são, contudo, em muito diferentes.

³ Virgílio, *Eneida*, V, 397-398: “si mihi quae quondam fuerat quaque improbus iste / exsultat fidens, si nunc foret illa iuuentas”.

⁴ Virgílio, *Eneida*, VII, 162-163: “ante urbem pueri et primaueo flore iuuentus / exercentur equis domitantque in puluere currus”.

⁵ Tito Lívio, *História de Roma*, III, 8,7: “Fabius praeerat urbi; is armata iuuentute dispositisque praesidiis tuta omnia ac tranquilla fecit.”

neris commemorare, in quibus, qui non plane doctus sit, perfacile aberret. Qui ergo ista non intuitus fuerit, aliud pro alio capiet.

Saepe etiam ex uno aut altero uerbo totas sententias significamus; ut “actoris Aurunci spoliū”, quod ridicule de speculo poeta dixit; et illud “utinam ne in nemore Pelio”, quod originem causamque mali primaevam ostendit. Haec apud Graecos frequentissima sunt. Nam et Plato multis in locis talia interserit –, et Aristoteles crebro his utitur. Vt: “duo simul euntes”, quod ab Homero sumptum ad uim ac robur amicitiae transfert. Et “de surreptitio repulso”, quod ab Achille in oratione ad legatos dictum in Politicorum libris expressit. Et “de Helenae pulchritudine et gratia”, quod a senioribus Troianorum sapienter dictum transfert ad naturam uoluptatis.

Pois *dare poenas* [sofrer um castigo] significa *subire* [suportar] e *perpeti* [sofrer pacientemente]; porém, *dare malum* [maltratar, dar um castigo] significa *alteri inferre* [infligi-lo a alguém]. Por outro lado, o que pode parecer mais distinto do que *recipio* [receber] e *promitto* [prometer]? São, contudo, por vezes, a mesma coisa. Quando, pois, dizemos: “recipio tibi hoc” [guardo isto para ti], o que estamos dizendo é “prometo isto para ti”. Eu poderia mencionar quase inúmeros outros deste tipo, com os quais facilmente se equivoca quem não for altamente intruído. Quem, portanto, não considerar atentamente isto, tomará uma coisa por outra.

Às vezes expressamos pensamentos inteiros com muito poucas palavras, como “actoris Aurunci spoliū”⁶ [o espólio do ator Auruncio], que ironicamente o poeta disse sobre o espelho daquele, e em outra passagem, “utinam ne in nemore Pelio”⁷ [tomara que nunca no bosque peliano], que indica a origem e a causa primeva de um mal. Essas coisas são muitíssimo frequentes entre os gregos. Pois tanto Platão insere-as em muitas passagens, quanto Aristóteles serve-se delas copiosamente, como “duo simul euntes”⁸ [dois que caminham juntos], que, tomando de Homero, o transfere à força e ao vigor da amizade; e o dito por Aquiles em discurso aos embaixadores sobre o “surreptitio repulso”⁹ [o sem-pátria excluído], que reproduziu nos livros da *Política*; e o dito sabiamente pelos troianos mais velhos sobre “Helenae pulchritudine et gratia”¹⁰ [a

⁶ Juvenal, *Sátiras*, II, 100, a partir de Virgílio, *Eneida*, XII, 94.

⁷ Início do prólogo da *Medéia* de Ênio, citado pelo autor da *Rhetorica ad Herennium*, II, 22, 34.

⁸ Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, VIII, 1, a partir de Homero, *Ilíada*, X, 224.

⁹ Aristóteles, *Política*, III, 1278a, 9. Homero, *Ilíada*, IX, 648.

¹⁰ Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, II, 9, 1109b10. Homero, *Ilíada*, 3, 156-160.

Latus est hic ad dicendum campus. Nam et Graeca lingua diffusissima est, ac innumerabilia sunt huiusmodi apud Aristotelem et Platonem de Homero, de Hesiodo, de Pindaro, de Euripide ac de ceteris ueteribus poetis scriptoribusque assumpta, et alioquin crebrae inseruntur figurae, ut, nisi quis in multa ac uaria lectione omnis generis scriptorum uersatus fuerit, perfacile decipiatur ac male capiat, quod est transferendum.

Sit igitur prima interpretis cura linguam illam, de qua sumit, peritissime scire, quod sine multiplici et uaria ac accurata lectione omnis generis scriptorum numquam assequetur.

Deinde linguam eam, ad quam traducere uult, sic teneat, ut quodammodo in ea dominetur et in sua totam habeat potestate; ut, cum uerbum uerbo reddendum fuerit, non mendicet illud aut mutuo sumat aut in Graeco relinquat ob ignorantiam Latini sermonis; uim ac naturam uerborum subtiliter norit, ne *modicum* pro *paru*o, ne *iuuentem* pro *iuuenta*, ne *fortitudinem* pro *robore*, ne *bellum* pro *proelio*, ne *urbem* pro *ciuitate* dicat. Praeterea inter *diligere* et *amare*, inter *eligere* et *expetere*, inter *cupere* et *optare*, inter *persuadere* et *perorare*, inter *recipere* et *promittere*, inter *expostulare* et *conqueri* et huiusmodi paene infinita quid intersit, discernat. Consuetudinis uero figurarumque loquendi, quibus optimi scriptores utuntur, nequaquam sit ignarus; quos imitetur et ipse scribens, fugiatque et uerborum et orationis nouitatem, praesertim ineptam et barbaram.

beleza e a graça de Helena], que transfere à natureza do desejo.

Este é um amplo campo para discorrer. Pois tanto a língua grega é muitíssimo rica, e inumeráveis são os usos deste tipo em Aristóteles e Platão tomados de Homero, Hesíodo, Píndaro, Eurípedes e outros poetas e escritores antigos; quanto, além disso, são tantas as figuras inseridas que, a não ser quem for versado em muitas e variadas leituras de todo tipo de escritores, facilmente se engana e entende mal o que se há de traduzir.

Seja, portanto, a primeira preocupação do tradutor conhecer com suma perícia a língua da qual traduz, algo que nunca conseguirá sem uma leitura múltipla, variada e cuidadosa de todo gênero de escritores.

Em seguida, possua de tal forma a língua para a qual quer traduzir que, de certo modo, a domine e a tenha toda em seu poder; que quando uma palavra tiver de ser transferida por outra palavra, não a mendigue ou a tome emprestada ou a mantenha em grego por ignorância da língua latina; que conheça acuradamente a força e a natureza das palavras, e não diga *modicus* (pouco) em vez de *paruus* (pequeno), nem *iuuentus* (jovem) em vez de *iuuenta* (juvenil), nem *urbs* (cidade) em vez de *ciuitas* (cidadania). E ademais, distinga entre *diligere* (apreciar) e *amare* (amar), entre *eligere* (escolher) e *expetere* (cobiçar), entre *cupere* (desejar) e *optare* (pedir), entre *persuadere* (persuadir) e *perorare* (advogar), entre *recipere* (receber) e *promittere* (prometer), entre *expostulare* (reclamar) e *conqueri* (queixar-se), e entre inúmeras outras deste modo o que as diferencia. De forma alguma desconheça o modo

Haec omnia, quae supra diximus, necessaria sunt. Et insuper ut habeat auris seuerumque iudicium, ne illa, quae rotunde ac numerose dicta sunt, dissipet ipse quidem atque perturbet. Cum enim in optimo quoque scriptore et praesertim in Platonis Aristotelisque libris et doctrina rerum sit et scribendi ornatus, ille demum probatus erit interpres, qui utrumque seruabit.

Denique interpretis uitia sunt: si aut male capit, quod transferendum est, aut male reddit aut si id, quod apte concinneque dictum sit a primo auctore, ipse ita <conuertit>, ut ineptum et inconcinnum et dissipatum efficiatur. Quicumque uero non ita structus est disciplina et literis, ut haec uitia effugere cuncta possit, is, si interpretari aggreditur, merito carpendus et improbandus est, uel quia homines in uarios errores impellit aliud pro alio afferens, uel quia maiestatem primi auctoris imminuit ridiculum absurdumque uideri faciens. Dicere autem: non uituperationem, sed laudem mereri eum, qui, quod habuit, in medium protulit, nequaquam rectum est in his artibus, quae peritiam flagitant. Neque enim poeta, si malos facit uersus, laudem meretur, etsi bonos facere conatus est, sed eum reprehendemus atque carpeamus, quod ea facere aggressus fuerit, quae nesciat. Et statuarium uituperabimus, qui statuam deformarit, quamuis non per dolum, sed per ignorantiam id fecerit. Vt enim ii,

de dizer e as figuras de dicção que os melhores escritores usam; aos quais imite também ele mesmo escrevendo, e evite sobretudo a novidade inepta e bárbara tanto das palavras quanto da oração.

Todas estas coisas que dissemos acima são necessárias. E, além disso, que possua ouvido e uma capacidade de avaliar com rigor, para que ele mesmo não destrua e nem deturpe o que foi dito harmoniosa e ritmicamente. Como, pois, há igualmente em um bom escritor, e sobretudo nos livros de Platão e Aristóteles, tanto o ensinamento das coisas como a ornamentação da escrita, somente será um tradutor excelente, o que conservar ambas as coisas.

Em suma, os defeitos de um tradutor são: se entende mal ou reproduz mal o que deve ser traduzido, ou se, o que foi dito apropriada e harmonicamente pelo autor primeiro, traduz de modo a torná-lo inapropriado, desarmônico e destruído. Em verdade, todo aquele que não esteja instruído na matéria e nas letras, a fim de poder evitar todos esses defeitos, se chegar a traduzir, deve ser repreendido e rejeitado com razão, seja porque induz os homens a vários erros apresentando uma coisa por outra, seja porque diminui a majestade do autor primeiro fazendo-o parecer ridículo e absurdo. Dizer, contudo, que não merece repreensão mas louvor aquele que divulgou o que podia, é de forma alguma correto nestas artes que exigem perícia. Nem mesmo um poeta, se faz maus versos, merece louvor, embora tentasse fazê-los bons, mas o repreendemos e o censuramos porque terá empreendido o que não sabe. E criticaremos o escultor que tiver deformado uma escultura, embora o tenha feito não

qui ad exemplum picturae picturam aliam pingunt, figuram et statum et ingressum et totius corporis formam inde assumunt nec, quid ipsi facerent, sed, quid alter ille fecerit, meditantur: sic in traductionibus interpres quidem optimus sese in primum scribendi auctorem tota mente et animo et uoluntate conuertet et quodammodo transformabit eiusque orationis figuram, statum, ingressum coloremque et liniamenta cuncta exprimere meditabitur. Ex quo mirabilis quidam resultat effectus.

Nam cum singulis fere scriptoribus sua quaedam ac propria sit dicendi figura, ut Ciceroni amplitudo et copia, Sallustio exilitas et breuitas, Liuius granditas quaedam subaspera: bonus quidem interpres in singulis traducendis ita se conformabit, ut singulorum figuram assequatur. Itaque, siue de Cicero traductet, facere non poterit, quin comprehensiones illius magnas quidem et uberes et redundantes simili uarietate et copia ad supremum usque ambitum deducat ac modo properet, modo se colligat. Siue de Sallustio transferet, necesse habebit de singulis paene uerbis iudicium facere proprietatemque et religionem plurimam sequi atque ob hoc restringi quodammodo atque concidi. Siue de Liuius traductet, facere non poterit, quin illius dicendi figuram imitetur. Rapitur enim interpres uel ipsa in genus dicendi illius, de quo transfert, nec aliter seruare sensum commode poterit, nisi sese insinuet ac inflectat per illius comprehensiones et ambitus cum uerborum proprietate orationisque effigie. Haec est enim optima interpretandi ratio, si figura primae orationis quam optime con-

por dolo, mas por ignorância. Como, pois, os que pintam um quadro a imitação de outro quadro tomam dele a figura, a postura, o movimento e a forma do corpo inteiro, e não refletem sobre o que eles mesmos fariam, mas sobre o que um outro fez, assim nas traduções, o bom tradutor, contudo, se converterá no autor primeiro do escrito com toda sua mente, espírito e vontade, e de certo modo o transformará, e refletirá sobre como expressar a figura, a posição, o movimento e a cor da oração e todos os traços. Disto resulta um certo efeito admirável.

Com efeito, uma vez que quase todos os escritores têm um certo estilo seu e próprio, como Cícero a magnificência e a abundância, Sallústio a secura e a brevidade, Tito Lívio uma sublimidade algo áspera, o bom tradutor, contudo, se conformará assim a cada um a ser traduzido, de modo a seguir o estilo de cada um. Por isso, se traduzir Cícero, não poderá agir de modo a não tomar seus longos períodos ricos e redundantes com similar variedade e abundância até a última frase, e ora acelerá-los, ora restringi-los. Se verter Sallústio, terá por obrigação sopesar quase que cada palavra individual e perseguir sua propriedade e máxima exatidão e, por conta disso, restringir-se de certo modo e anular-se. Se traduzir Tito Lívio, não poderá agir de modo a não imitar seu estilo. O tradutor é, pois, arrastado com igual força para o modo de dizer daquele do qual traduz, e não poderá de outra forma preservar adequadamente o sentido se não penetrar e se retorcer através das orações e períodos daquele com a propriedade das palavras e a imitação do discurso. Este é um excelente método de traduzir: preservar ao

seruetur, ut neque sensibus uerba neque uerbis ipsis nitor ornatusque deficiat.

Sed cum sit difficilis omnis interpretatio recta propter multa et uaria, quae in ea (ut supra diximus) requiruntur, difficillimum tamen est illa recte transferre, quae a primo auctore scripta sunt numerose atque ornate. In oratione quippe numerosa necesse est per cola et commata et periodos incedere ac, ut apte quadrateque finiat comprehensio, diligentissime obseruare.

In exornationibus quoque ceteris conseruandis summa diligentia erit adhibenda. Haec enim omnia nisi seruet interpres, prima orationis maiestas omnino deperit et fatiscit. Seruari autem sine magno labore magnaue peritia litterarum non possunt. Intelligendae sunt enim ab interprete huiuscemodi, ut ita dixerim, orationis uirtutes ac in ea lingua, ad quam traducit, pariter representandae. Cumque duo sint exornationum genera – unum, quo uerba, alterum, quo sententiae colorantur –, utrumque certe difficultatem traductori affert, maiorem tamen uerborum quam sententiarum colores, propterea quod saepe huiusmodi exornationes numeris constant, ut cum paria paribus redduntur aut contraria contrariis uel opposita inter se, quae Graeci “*antitheta*” uocant. Frequenter enim uerba Latina uel plus uel minus syllabarum habent quam Graeca, neque par sonus auribus faciliter correspondet. Iacula quoque, quae interdum iacit orator, ita demum fortiter ferunt, si numeris contorquentur. Nam fluxa et decurtata uel inepte cadentia minus confodiunt.

máximo o estilo primeiro do texto, de modo a não apartar dos sentidos as palavras, nem às próprias palavras o brilho e o adorno.

Mas, uma vez que toda tradução correta é difícil por causa dos muitos e vários requisitos que, como acima dissemos, são exigidos, é, contudo, difícilimo transladar corretamente aquilo que foi escrito ritmicamente e ornadamente pelo escritor primeiro. Frente a um texto obviamente rítmico, é necessário avançar através dos membros, incisos e períodos da oração, e prestar muitíssima atenção de maneira a que o conjunto resulte adequado e esmerado.

Também em outros ornatos a serem conservados deverá ser empregada suma diligência. Se o tradutor, contudo, não preservar todas estas coisas, a majestade primeira da obra se perde e se pulveriza completamente. Não podem, porém, ser preservadas sem um grande labor e um grande conhecimento da literatura. As qualidades da obra, por assim dizer, devem, pois, ser compreendidas desse modo pelo tradutor, e ser igualmente reproduzidas na língua para a qual traduz. Uma vez que são dois os tipos de ornamentos – um, pelo qual se dá brilho às palavras, outro, aos pensamentos –, ambos, por certo, causam dificuldade ao tradutor, maior, contudo, a do brilho das palavras que a dos pensamentos; porque, muitas vezes os ornamentos deste tipo consistem em estruturas rítmicas, como quando os termos são restituídos por seus semelhantes, ou por seus contrários ou opostos entre si, que os gregos chamam *antitheta*. Com efeito, as palavras latinas têm frequentemente ou mais ou menos sílabas do que as gregas, e nem o som ecoa facilmente de igual modo aos ouvidos. Tam-

Haec igitur omnia diligentissime cognoscenda sunt ab interprete et seruatis ad ungem numeris effingenda.

Quid dicam de sententiarum exornationibus, quae orationem illustrant plurimum et admirabilem reddunt? Et tam haec quam superiores frequenter ab optimis scriptoribus adhibentur. An poterit interpret eas sine flagitio uel ignorare uel praeterire uel non seruata illarum maiestate transferre?

De quibus omnibus, quo melius ea, quae dixi, intelligantur, exempla quaedam adscribere libuit, ut conspicuum sit non ab orationibus modo, uerum etiam a philosophis huiusmodi exornationes frequentari et maiestatem orationis totam perire, nisi seruata earum figura transferantur.

Plato philosophus in eo libro, qui dicitur Phaedrus, ornate sane ac numerose locum quemdam pertrahat. Verba illius hic adscripsi paulo altius repetita. Sunt autem haec:

O puer, unicum bene consulere uolentibus principium est: intelligere, de quo sit consilium, uel omnino aberrare necesse. Plerosque uero id fallit, quia nesciunt rei substantiam. Tamquam igitur scientes non declarant in principio disceptationis, procedentes uero, quod par est, consequuntur, ut nec sibi ipsis neque aliis consentanea loquantur. Tibi igitur et mihi non id accidat, quod in aliis damnamus. Sed cum tibi atque mihi disceptatio sit, utrum amanti potius uel non amanti sit in amicitiam eundem, de amore ipso, quale quid sit et quam habeat uim, diffinitione ex

bém os dardos que, por vezes, o orador lança, ferem por certo fortemente se são atirados de forma rítmica, pois os débeis e os defeituosos ou os que caem ineptamente transpassam menos. Por isso, todas essas coisas devem ser conhecidas com toda a diligência pelo tradutor e reproduzidas à perfeição com as estruturas rítmicas preservadas.

Que direi dos ornamentos dos pensamentos, que ilustram em muito a obra e a tornam admirável? E tanto estes quanto os anteriores são frequentemente utilizados pelos melhores escritores. Ou poderá o tradutor ignorá-los ou preteri-los ou traduzi-los sem torpeza não preservando sua majestade?

A fim de que possam ser melhor entendidas todas essas questões sobre as quais falei, aprouve-me adcrever alguns exemplos, para que fique claro que ornamentos deste tipo são empregados não somente por oradores, mas também por filósofos, e que toda a majestade da obra perece se não são traduzidos com toda sua forma preservada.

O filósofo Platão, no livro intitulado *Fedro* [237c-238c], expõe certa passagem de modo completamente ornado e rítmico. Transcrevo aqui palavras dele que serão retomadas um pouco mais à frente.

Garoto, há um único princípio para os que desejam deliberar convenientemente: compreender de que trata a questão, ou inevitavelmente equivocar-se de todo. Muitos, na verdade, se enganam nisso, porque desconhecem a natureza do tema. Assim, como se soubessem, não a explicitam no início de uma discussão, e ao avançar – o que é adequado –, resulta que não dizem coisas congruentes nem a si mesmos nem aos outros. Por isso, não suceda a ti ou a mim isso que condenamos nos outros. Mas, como tu e eu levantamos uma discussão sobre se se deve buscar amizade mais no

consensu posita, ad hoc respicientes referentesque considerationem faciamus, emolumentumne an detrimentum afferat?

Quod igitur cupiditas quaedam sit amor, manifestum est. Quod uero etiam qui non amant cupiunt, scimus. Rursus autem, quo amantem a non amante discernamus, intelligere oportet, quia in uno quoque nostrum duae sunt ideae dominantes atque ducentes, quas sequimur, quaecumque ducunt: Una innata nobis uoluptatum cupiditas, altera acquisita opinio, affectatrix optimi. Hae autem in nobis quandoque consentiunt, quandoque in seditione atque discordia sunt; et modo haec, modo altera peruincit.

Opinione igitur ad id, quod sit optimum, ratione ducente ac suo robore peruincente temperantia existit; cupiditate uero absque ratione ad uoluptates trahente nobisque imperante libido uocatur. Libido autem, cum multiforme sit multarumque partium, multas utique appellationes habet. Et harum formarum quae maxime in aliquo exsuperat, sua illum nuncupatione nominatum reddit nec ulli ad decus uel ad dignitatem acquiritur. Circa cibus enim superatrix rationis et aliarum cupiditatum cupiditas ingluuius appellatur et eum, qui hanc habet, hac ipsa appellatione nuncupatum reddit. Rursus quae circa ebrietates tyrannidem exercet ac eum, quem possidet, hac ducens patet, quod habebit cognomen? Et alias harum germanas et germanarum cupiditatum nomina, semper quae maxime dominatur, quemadmodum appellare deceat, manifestum est. Cuius autem gratia superiora diximus, fere iam patet. Dictum tamen, quam non dictum, magis patebit. Quae enim sine ratione cupiditas superat opinionem ad recta tendentem rapitque ad uoluptatem formae et a germanis, quae sub illa sunt circa corporis formam, cupiditatibus roborata peruincit et ducit, ab ipsa insolentia, quod absque more fiat, amor uocatur.

Totus hic locus insigniter admodum luculenterque tractatus est a Platone. Insunt enim et uerborum, ut ita dixerim, deliciae et sententiarum mirabilis splendor. Et est

amante ou no não-amante, depois de ter tomado uma definição em comum acordo sobre o próprio amor, o que é e que força tem, atentando e reportando-nos a ela, consideremos: causa-nos benefício ou detrimento?

Com efeito, que o amor seja uma espécie de desejo, é evidente. Que, contudo, também os que não amam desejam, sabemos. Por outro lado, porém, convém compreender em que diferenciamos o amante do não-amante, porque também em cada um de nós há duas idéias dominantes e condutoras, que seguimos onde quer que nos guiem: uma é o desejo de prazeres inato em nós, a outra, uma idéia adquirida, que busca ansiosamente o melhor. Por vezes, estas idéias em nós concordam, por vezes estão em desunião e discórdia; e ora predomina uma, ora a outra.

Com a idéia conduzindo-se para o melhor por intermédio da razão e com o predomínio de sua força surge a *temperança*; com o desejo, porém, sem a razão arrastando-nos para os prazeres e dominando-nos, chama-se *paixão*. A paixão, no entanto, sendo multiforme e de muitas aspectos, possui muitos nomes. E dessas formas, a que se sobressai sobremodo em alguém confere-lhe um nome com designação própria, mas a ninguém se lho atribui para sua honra ou dignidade. Em relação aos alimentos, porém, o desejo que se sobrepõe à razão e a outros desejos é chamado de *gluttoneria*, e o que a possui recebe a designação por este mesmo nome. Por outro lado, o que exerce a tirania em relação à embriaguez, e é visto guiando aquele que o possui, que nome terá? É claro de que modo convém chamar a outros desejos irmãos e os nomes destes desejos irmãos, sempre que um predomine sobre os demais. O motivo pelo qual dissemos as coisas acima é já algo evidente. O dito, porém, será mais evidente que o não dito. O desejo que, sem a razão, vence a idéia que tende à retidão, e impele ao prazer da beleza, predomina e guia reforçado pelos desejos irmãos, que lhe são submissos em relação à beleza do corpo, chama-se, pelo próprio excesso, porque se faz *sem medida (absque more)*, amor.

Toda essa passagem foi tratada por Platão de forma insigne e brilhante. Encontram-se, pois, tanto refinamentos das palavras, por assim dizer, como um admirável esplendor

alioquin tota ad numerum facta oratio. Nam et “in seditione esse animum” et “circa ebrietates tyrannidem exercere” as cetera huiusmodi translata uerba quasi stellae quaedam interpositae orationem illuminant. Et “innata nobis voluptatum cupiditas”, “acquisita uero opinio, affectatrix optimi” per antitheta quaedam dicuntur; opposita siquidem quodammodo sunt *innatum* et *acquisitum*, *cupiditasque uoluptatum* et *opinio ad recta contendens*. Iam uero quod inquit “huius germanae germanarumque cupiditatum nomina” et “superatrix rationis aliarumque cupiditatum cupiditas” et “utrum amanti potius uel non amanti sit in amicitiam eundum?”, haec omnia uerba inter se festiue coniuncta tamquam in pauimento ac emblemate uermiculato summam habent uenustatem. Illud praeterea quod inquit “cuius gratia diximus, fere iam patet; dictum tamen, quam non dictum, magis patebit”, membra sunt duo paribus interualis emissa, quae Graeci *cola* appellant. Post haec ambitus subicitur plenus et perfectus: “quae enim sine ratione cupiditas superat opinionem ad recta tendentem rapi-tque ad uoluptatem formae et a germanis, quae sub illa sunt circa corporis formam, cupiditatibus roborata peruincit et ducit, ab ipsa insolentia, quod absque more fiat, amor uocatur”. Videtis in his omnibus sententiarum splendorum ac uerborum delicias et orationis numerositatem; quae quidem omnia nisi seruet interpres, negari non potest quin detestabile flagitium ab eo committatur.

dos pensamentos. E, ademais, toda a obra foi feita com vistas ao ritmo. Pois “in seditione esse animum” [a alma está em luta], e “circa ebrietates tyrannidem exercere” [exercer a tirania em relação à embriaguez] e outras figuras traduzidas deste modo iluminam o discurso como se espécies de estrelas nele interpostas. E “innata nobis voluptatum cupiditas” [o desejo de prazeres inato em nós], “acquisita uero opinio, affectatrix optimi” [uma idéia adquirida, que busca ansiosamente o melhor] são ditas mediante determinadas antíteses; uma vez que, de certo modo, são termos opostos *innatum* e *acquisitum* [‘inato’ e ‘adquirido’], *cupiditasque uoluptatum* [‘desejo de prazeres’], *opinio ad recta contendens* [‘idéia que tende à retidão’]. Além disso, diz: “huius germanae germanarumque cupiditatum nomina” [os nomes dos desejos irmãos deste irmão], “superatrix rationis aliarumque cupiditatum cupiditas” [o desejo que vence a razão e os outros desejos], “utrum amanti potius uel non amanti sit in amicitiam eundum?” [deve-se buscar amizade mais no amante ou no não-amante?], todas estas palavras concatenadas engenhosamente entre si, como se num chão de mosaico uermiculado, possuem um encanto extraordinário. Ademais, também diz: “cuius gratia diximus, fere iam patet; dictum tamen, quam non dictum, magis patebit” [o motivo pelo qual dissemos as coisas acima, é já algo evidente. O dito, porém, será mais evidente que o não dito]: são dois membros de orações emitidos em intervalos iguais, que os gregos chamam *kola*. Depois disso, o período se apresenta pleno e perfeito: “quae enim sine ratione cupiditas superat opinionem ad recta tenden-

In eodem libro rotunde admodum et significanter per continuationem uerba posuit, inquiens:

Hanc tibi, o dilecte amor, nostra pro facultate, quam pulcherrime optimeque ualimus, poetico quasi more palinodiam cecinimus. Quare et antedictorum ueniam praesta, et horum gratia mihi propitius assiste. Tum, si quid indignum tuo numine a Phaedro et me dictum sit, Lysiam huius disputationis patrem accusans, ab huiusmodi sermonibus desistere facias, et ad philosophiam quemadmodum frater eius Polemarchus uersus est, ita illum conuerte. Haec ipsa et ego deum oro, o Socrates. Tuum uero sermonem iam pridem admiror. Quam ualde superiori antecellit; ut iam uereri incipiam, ne Lysias mihi exilis exanguisque uideatur si pergat ad hunc tuum alium suum conferre.

Totus hic locus in Graeco ualde insignis et numerosus est et amoenus. Nos autem in Latinum transferentes an seruauerimus maiestatem elegantiamque primi auctoris nescimus. Conati certe sumus illam seruare.

tem rapitque ad uoluptatem formae et a germanis, quae sub illa sunt circa corporis formam, cupiditatibus roborata peruincit et ducit, ab ipsa insolentia, quod absque more fiat, amor uocatur” [o desejo que, sem a razão, vence a idéia que tende à reatidão, e impele ao prazer da beleza, predomina e guia reforçado pelos desejos irmãos, que lhe são submissos em relação à beleza do corpo, chama-se, pelo próprio excesso, porque se faz *sem medida (absque more), amor*]. Vedes, em todas essas sentenças, o esplendor dos pensamentos, os refinamentos das palavras e o ritmo da composição. Se, porém, o tradutor não preserva tudo isso, não se pode negar que comete uma detestável infâmia.

No mesmo livro [*Fedro* 257a-c], a seguir acrescentou muito elegante e claramente umas palavras, dizendo:

A ti, ó dileto amor, cantamos essa palinódia, de um modo quase poético, o quanto pudemos na forma mais bela e excelente, segundo nossa capacidade. Por isso, concede o perdão pelos ditos anteriormente, e por causa deles assiste-me benevolmente. Pois, se algo indigno à tua divindade foi dito por Fedro e por mim, que possas, acusando Lisias, o pai desta disputa, fazê-lo desistir dos discursos deste gênero, e, assim, volta-o à filosofia, como seu irmão Polemarco se voltou. Estas mesmas coisas também eu rogo a Deus, ó Sócrates. Na verdade, já admiro muito teu discurso. Quanto supera ao anterior! A ponto de eu começar a temer que Lisias venha a me parecer pobre e fraco se continuar a contrapor a este teu um outro seu.

Toda essa passagem em grego é muito insigne e rítmica e agradável. Nós, porém, não sabemos se, ao passar ao latim, conservamos a majestade e a elegância do autor primeiro. Esforçamo-nos, por certo, em conservá-la.

Quid Aristoteles? An et ipse ornamenta dicendi eodem modo consecratur? Mirifice profecto atque creberrime, ut ego ipse interdum admirari cogar tantam eius rei curam in medio subtilissimarum disputationum philosopho adfuisse. Referam uero unum aut alterum locum exempli gratia.

Aristoteles in decimo Ethicorum libro, cum de felicitate contemplatiui hominis loquerentur, sic inquit:

Esse uero perfectam felicitatem contemplatiuam quandam operationem uel ex eo patebit, quod deos maxime existimamus felices ac beatos esse. At quas res illis tribuimus agendas? Vtrum iustas? At erit ridiculum si in contractibus ac redditis depositis et huiusmodi rebus occupati dicantur. Sed an fortes in sustinendis terroribus et periculis subeundis honesti causa? At quaenam pericula et qui terrores esse diis possunt? An liberales? At cui dabunt? Et simul absurdum est dicere illis esse nummos uel aliquid tale. An modestas? At quid tandem ista laus est non habentibus prauas cupiditates? Ita per omnia discurrenti apparebit in rebus agendis paruam quiddam esse et indignum numine deorum. Atqui uiuere illos cuncti existimant. Et operari ergo. Nam dormire eos dicendum non est, quemadmodum Endymionem. Viuenti autem si nec agere quicquam tribuatur et multo magis nec facere, quid restat tandem praeter contemplationem? Quare operatio dei beatitudine praecellens contemplatiua quaedam esset. Et in hominibus ergo illa, quae huic cognatissima est, erit utique felicissima!

E Aristóteles? Acaso não busca também ele, do mesmo modo, os ornamentos do falar? Maravilhosamente, com certeza, e muito abundantemente, a ponto de eu mesmo ser obrigado com frequência a admirar que, em meio às mais sutis discussões, estivesse presente em um filósofo tanto cuidado com estas coisas. Referirei, pois, uma ou outra passagem a título de exemplo.

Aristóteles, no décimo livro da *Ética a Nicômaco* [1178b], ao tratar da felicidade do homem contemplativo, fala assim:

Que a felicidade perfeita seja, pois, uma certa atividade contemplativa será ainda evidente a partir da nossa suposição de que os deuses são ao máximo felizes e bem-aventurados. Mas quais ações atribuímos-lhes devem-nas realizar? Acaso as justas? Mas seria ridículo se fossem mostrados ocupados com contratos e com depósitos de restituição e coisas desse gênero. Ou, porém, as corajosas, enfrentando os medos e expondo-se aos perigos por uma causa nobre? Mas que perigos e que medos podem existir para os deuses? Acaso as generosas? Mas a quem as dariam? E ao mesmo tempo seria absurdo dizer que eles têm dinheiro ou algo assim. Acaso as comedidas? Mas o que é, afinal, este elogio para os que não possuem maus desejos? Assim, ao que percorre por tudo ficará evidente que há nas ações a serem realizadas algo pequeno e indigno para a divindade dos deuses. Entretanto, todos consideram que eles vivem, e que, por isso, dedicam-se a alguma atividade. Pois não se há de dizer que eles dormem como Endimião¹¹. Se, porém, a um vivente não se lhe atribui ser ativo em algo e, ainda mais, produzir algo, o que lhe resta afinal além da contemplação? Logo, a atividade de um deus, a qual excede em bem-aventurança, seria algo contemplativa. Por isso, também entre os homens, a atividade que for mais próxima àquela será sempre a mais feliz!

¹¹ Endimião, em versões distintas na mitologia grega, por solicitação da Lua, teria sido agraciado por Júpiter com o sono eterno, preservando, contudo, sua juventude. Ou, por ter desrespeitado Juno, teria sido castigado por Júpiter com o sono perpétuo.

Ne Demosthenes quidem aut Cicero, qui uerborum dicendique artifices existunt, melius hanc exornationem explicassent, quam est ab Aristotele explicata. Idem in secundo Ethicorum inquit:

Non enim ex eo, quia saepe audiuius aut saepe uidimus, sensum accepimus, sed contra habentes usi sumus, non utentes habuimus. At uirtutes acquirimus operando prius, quemadmodum et in aliis artibus. Quae enim oportet postquam didicerimus facere, ea faciendo addiscimus, ceu fabricando fabri et citharam pulsando citharedi; sic iusta agendo iusti et modesta modesti et fortia fortes efficiuntur.

In eodem quoque libro de hoc ipso loquens sic inquit:

Praeterea nequaquam simile est in artibus et uirtutibus. Nam quae ab arte procedunt laudem in se habent, quare sufficit illa ita exsistere. Sed quae a uirtute proficiscuntur, non satis est si ipsa iuste, quodammodo se habent et modeste agantur, sed si agens ita egerit: primo si sciens, secundo si eligens et eligens propter ipsa, tertio si certo et immobili iudicio agat. Ad ceteras uero artes habendas nihil horum requiritur praeter quam scientia. At in uirtutibus scire ipsum parum est aut nihil. Vt uero atque exercere plurimum imo totum ualet, utpote quae ex frequenti actione iustorum modestorumque proueniant. Res enim tunc iusta et modesta dicitur quando talis est qualem iustus et modestus ageret. Iustus autem et modestus est non qui hoc agit, sed qui sic agit ut iusti et modesti agunt. Bene ergo dicitur quod quis iusta agendo iustus fit et modesta modestus, non agendo autem nullus ut bonus sit ne curare quidem uidetur. Sed plerique non ita faciunt, uerum ad uerba disputationemque conuersi putant se philosophari atque ita uiros bonos fieri: aegrotos imitati, qui uerba medicorum audiunt quidem diligenter, faciunt autem nihil ex his quae sibi praecepta sunt. Vt ergo illorum corpo-

Na verdade, nem Demóstenes nem Cícero, que se sobressaíram como artesãos das palavras e do falar, teriam exposto melhor esse ornamento oratório do que foi exposto por Aristóteles. Do mesmo modo, no segundo livro da *Ética a Nicômaco* [1103a-b], diz:

Não por termos muitas vezes ouvido ou muitas vezes visto, adquirimos os sentidos, mas pelo contrário, possuindo-os usamos-os, e os possuímos não os usando. Mas as virtudes, adquirimo-las primeiramente obrando, como acontece também entre as outras artes. Pois, aquilo que é necessário fazer depois que tivermos aprendido, aprendemos fazendo-o, como os construtores ao construir, e os citaristas ao tocar a cítara; assim, agindo com justiça se fazem os justos, com moderação, os moderados, e com bravura, os bravos.

No mesmo livro [1105a-b] ainda, falando sobre o mesmo assunto, diz:

Além disso, o caso não é de forma alguma similar entre as artes e as virtudes. Pois as coisas que procedem da arte têm em si mesmas motivo de louvor, por isso basta que existam assim. Mas as que derivam da virtude, não é suficiente que elas mesmas sejam feitas com moderação e justiça, como de certo modo possuem em si, mas que um agente as tenha feito assim: em primeiro lugar sabendo o que faz, em segundo, escolhendo, e escolhendo por causa delas mesmas, em terceiro, agindo com segurança e com discernimento imperturbável. Para possuir as outras artes, contudo, não se requer nada disso senão conhecimento. Mas entre as virtudes, o conhecimento mesmo é insuficiente ou nada. De modo que, importa muito, ou melhor, tudo, o exercitar, uma vez que elas provêm da ação frequente dos justos e moderados. Uma ação é, então, chamada de justa e de moderada quando é tal qual um justo e moderado a realizou. Porém justo e moderado não é quem realiza, mas quem realiza assim como os justos e os moderados realizam. Diz-se, portanto, com razão, que alguém, ao fazer coisas justas, se torna justo, e, coisas moderadas, moderado, porém, ao não fazer nada, ninguém parece preocuparse com ser

ribus non bene erit qui ita curantur, sic ne illorum animis qui ita philosophantur.

Videtur in his uerbis elegantiam, uarietatem et copiam cum exornationibus tum uerborum tum etiam sententiarum.

In libris uero Politicorum multo crebrior est. Quod enim materia est ciuilibus et eloquentiae capax, nullus fere locus ab eo tractatur sine rhetorico pigmento atque colore, ut interdum etiam festiuitatem in uerbis oratoriam persequatur. Quale est illud in septimo Politicorum libro:

Videmus, inquit, homines acquirere et tueri non uirtutes externis bonis, sed externa uirtutibus, ipsaque beata uita - siue et gaudio posita est, siue in uirtute, siue in ambobus - magis existit moribus et intellectu in excessum ornatis, mediocria uero externa possidentibus, quam his qui externorum plura possident quam opus sit, moribus uero intelligentiaque deficiant.

Et alio loco de magistratu, qui custodiae reorum praesit, sic inquit:

Contingit uero, ut boni quidem uiri maxime hunc magistratum deuitent, prauis autem nequaquam tutum sit illum committere, cum ipsi potius indigeant custodia et carcere, quam alios debeant custodire.

bom. Mas a maioria não faz assim. Na verdade, voltando-se para as palavras e os debates, pensam que filosofam e que, deste modo, se tornam homens bons: imitando os doentes que ouvem atentamente as palavras dos médicos, mas que nada fazem daquilo que lhes foi prescrito. Assim como não estarão bem os corpos daqueles que assim se tratam, do mesmo modo, as almas daqueles que assim filosofam.

Vedes nestas palavras elegância, variedade e riqueza com ornamentos ora de palavras ora também de sentenças.

Na verdade, é em muito mais frequente nos livros da *Política*. Porque a matéria é civil e apta à eloquência, quase nenhuma passagem é tratada por ele sem ornamento retórico e cor, de modo que às vezes também busca deleite oratório em suas palavras. Tal é aquela passagem no sétimo livro da *Política* [1323a-b]:

Vemos, ele diz, que os homens não adquirem e conservam as virtudes mediante os bens externos, mas os bens externos mediante as virtudes, e a própria vida feliz – encontre-se ela seja na alegria, seja na virtude, seja em ambas as duas – está mais para os adornados ao máximo com caráter e inteligência, e que, contudo, possuem modestos bens externos, do que para os que possuem mais bens externos do que seja necessário, mas carecem de caráter e inteligência.

E em outra passagem [VI, 1322a] sobre a magistratura, que se encarrega da custódia dos réus, assim diz:

Acontece, pois, que homens certamente bons evitam ao máximo essa magistratura, porém, de forma alguma é seguro confiá-la aos perversos, quando eles mesmos precisam mais de custódia e cárcere do que podem vigiar os outros.

Pleni sunt Platonis Aristotelisque libri exornationum huiusmodi ac uenustatum, quas longum nimis foret per singula consecretari. Lector certe, si modo eruditus disciplina sit, faciliter ea deprehendet. His uero exemplis abunde patet neminem posse primi auctoris maiestatem seruare, nisi ornatum illius numerositatemque conseruet. Dissipata namque et inconcinna transductio omnem protinus laudem et gratiam primi auctoris exterminat. Ex quo scelus quodammodo inexpiable censendum est hominem non plane doctum et elegantem ad transferendum accedere.

II.

Quoniam illa, quae habere oportet interpretem, ostendimus ac reprehensiones artificum ex opere ipso, si non recte fecerint, merito nasci docuimus, uideamus nunc tandem unum aliquem locum illius interpretationis. Ex eo namque totum genus translationis eius poterimus intelligere et, utrum reprehensionem aut laudem mereatur, iudicare.

Aristoteles in libro *Politicorum* quarto (utriusque enim operis idem fuit traductor, nec refert, ex illo uel ex hoc exempla sumantur), Aristoteles ergo in libro *Politicorum* quarto docet:

Os livros de Platão e Aristóteles estão cheios de ornamentos e belezas deste tipo, e examiná-los detalhadamente requereria demasiado tempo. O leitor, por certo, se for versado na matéria, facilmente os reconhecerá. Com estes exemplos, no entanto, fica bastante evidente que ninguém pode preservar a majestade do autor primeiro, se não conservar o ornato e o ritmo dele. Por outro lado, uma tradução dispersa e deselegante destrói consequentemente todo mérito e graça do autor primeiro. Por isso, deve-se considerar um crime de certo modo inexpiable que um homem não totalmente douto e de bom gosto ponha-se a traduzir.

II.

Uma vez que apresentamos o que ao tradutor convém possuir e mostramos que as críticas a estes trabalhadores surgem, com razão, de sua própria obra, se não a tiverem feito corretamente, vejamos agora, por fim, certa passagem daquela translação. A partir dela, poderemos entender todo o modo de sua tradução, e julgar se merece crítica ou elogio.

Aristóteles, no quarto livro da *Política* (pois foi o mesmo tradutor de ambas as obras, e não importa que sejam tomados exemplos de uma ou de outra¹²), Aristóteles, portanto, no quarto livro da *Política* [1297a], expõe:

¹² Bruni possivelmente se equivoca, pois uma das hipóteses contemporâneas de maior peso sobre as traduções de Aristóteles aponta o nome de Roberto Grosseteste (1168-1253) como tradutor ao latim da *Ética a Nicômaco* (a tradução mais criticada por Bruni), e o de Guilherme de Moerbeke (1215-1286) como o tradutor da *Política*, em 1260. Mas tal equívoco também pode ser explicado pelo fato de que a tradução realizada por Roberto Grosseteste foi revisada por Guilherme de Moerbeke.

Solere potentes et magnos in ciuitate homines simulare interdum quaedam ac dolose praetexere ad multitudinem populi excludendam a rerum publicarum gubernatione. Esse uero illa, in quibus ista simulatione utuntur, quinque numero: contiones, magistratus, iudicia, armaturam, exercitationem. Poena enim magna constituta aduersus diuites, nisi contioni intersint, nisi magistratus gerant, nisi in iudicio cognoscant, nisi arma possideant, nisi ad bellicos usus exercentur; per huiusmodi poenam ad ista facienda diuites compellunt; at pauperibus nullam in his rebus poenam constituunt, quae parcentes eorum tenuitati. Haec enim praetexitur causa; sed re uera hoc agunt, quo illi impunitate permessa a gubernatione rei publicae se disiungant. Poena siquidem remota, nec exercere se ad bellicos usus multitudo curabit nec arma possidere uolet, cum liceat per legem impune illis carere, nec magistratum geret pauper, si id putabit damnosum, cum sit in eius arbitrio gerere uel non gerere. Onus quoque iudicandi saepe uitabit, si nequeat compelli, ac tempus rebus suis libentius impendet quam publicis consiliis. Atque ita fit, ut tenuiores quidem homines sub praetextu ac uelamento remissionis poenarum sensim ac latenter a re publica excludantur, apud diuites autem et opulentos remaneant administratio et arma et peritia proeliandi. Ex quibus potentiores facti quodammodo tenuioribus dominantur.

Haec est Aristotelis sententia, quam prolixius explicare uolui, quo clarius intelligeretur illius mens. Nunc autem eius uerba praeclare et eleganter in Graeco scripta quemadmodum hic interpres in Latinum conuerterit, animaduerte! Ex hoc enim modus et forma translationis, qua ubique usus in transferendo est, manifestissime deprehenditur. Inquit enim interpres noster hoc modo:

Os homens poderosos e importantes da cidade costumam, por vezes, simular e encobrir dolosamente algumas coisas para excluir a maioria do povo do governo das coisas públicas. São, por certo, em número de cinco as ocasiões nas quais usam desta simulação: assembléias, magistraturas, tribunais, armamentos, exercícios físicos. Instituiu-se grave punição contra os ricos, caso não participem das assembléias, caso não exerçam uma magistratura, caso não intervenham nos julgamentos, caso não possuam armas, caso não se exercitem para as atividades bélicas. Mediante uma punição desta natureza, impelem os ricos a realizar suas práticas; mas, contra os pobres, não instituem nenhuma punição nessas áreas, como que considerando a indigência deles. Alega-se, pois, ser esta a causa, mas na verdade fazem isso para que eles, com tal impunidade permitida, se apartem do governo das coisas públicas. Com efeito, se realmente isento o castigo, não cuidará de se exercitar para os usos bélicos, nem quererá possuir armas, uma vez que se lhe permita por lei privar-se delas, nem exercerá o pobre uma magistratura se o considerar prejudicial, uma vez que esteja em seu arbítrio exercê-la ou não exercê-la. Também evitará frequentemente o fardo de julgar, se não for obrigado, e gastará o tempo de melhor grado com suas coisas do que com deliberações públicas. E assim acontece que os homens mais débeis são, na verdade, excluídos gradativamente e secretamente da gestão pública sob o pretexto e a desculpa do abrandamento dos castigos; com os ricos e opulentos, porém, permanecem a administração e as armas e a perícia de lutar. A partir disso se tornam mais poderosos e, de certo modo, dominam aos mais débeis.

Esse é o pensamento de Aristóteles, que eu quis explicar mais amplamente, para que se entendesse de forma mais clara sua reflexão. Agora, porém, observa de que modo este tradutor verteu ao latim palavras daquele escritas em grego com distinção e elegância; disso se depreenderá, pois, com toda a evidência, o modo e a forma da tradução que ele, em geral, se serviu ao traduzir. Escreve, pois, nosso tradutor deste modo:

Adhuc autem, quaecumque prolocutionis gratia in politiis sapienter loquuntur ad populum, sunt quinque numero: circa congregationes, circa principatus, circa praetoria, circa armationem, circa exercitia.

Deus immortalis, quis haec intelliget? quis hanc interpretationem ac non potius delirationem ac barbariem uocitabit? Veniant quae-so defensores huius interpretis et istos, si possunt, defendant errores uel desinant mihi irasci, si illum reprehendi.

Primum enim, quod inquit “prolocutionis gratia sapienter loquuntur ad populum”: quis est quae-so “prolocutionis gratia loqui”? Si enim loquuntur homines ad populum sapienter gratia prolocutionis, magnum profecto aliquid debet esse prolocutio. Doce me ergo, quid tandem sit! Nam ego id uerbum numquam audiui hactenus neque legi nec, quid importet, intelligo. Si in extrema barbarie id uerbum in usu est, doce me, quid apud barbaros significet “prolocutionis gratia loqui”? Nam ego Latinus istam barbariem tuam non intelligo. Si prolocutio est ut “prologus” et “prooemium”, congruere non potest. Non enim loquuntur homines ad populum gratia prooemii uel prologi, sed prooemium et prologus adhibetur gratia locutionis. Quodsi forsitan dicere uis: “prolocutionis gratia” idest gratia “deceptionis” et “simulationis”, quodnam tandem malum est haec tan dura inusitataque locutio tua! ut “simulationem” appelles “prolocutionem” et “dolosse confingere” interpreteris “sapienter loqui”. Haec enim omnia sunt

Adhuc autem, quaecumque prolocutionis gratia in politiis sapienter loquuntur ad populum, sunt quinque numero: circa congregationes, circa principatus, circa praetoria, circa armationem, circa exercitia.

[Até agora, porém, o que falam, nos governos, sabiamente ao povo por motivo de uma prolocução, são cinco coisas: sobre as congregações, sobre o principado, sobre as pretorias, sobre o armamento, sobre os exercícios.]

Deus imortal, quem entenderá isso? Quem chamará isso de tradução e não de delírio e barbárie? Que venham, por favor, os defensores deste tradutor e defendam, se puderem, esses erros ou deixem de se enfiar comigo, se o repreendi.

Primeiramente, pois, o que significa “prolocutionis gratia sapienter loquuntur ad populum” [falam sabiamente ao povo por motivo de uma prolocução], o que é, por favor, “falar por motivo de uma prolocução”? Se realmente os homens falam sabiamente ao povo por motivo de uma prolocução, deve ser algo certamente grandioso uma prolocução. Ensina-me, pois, o que é afinal. Pois eu nunca ouvi esta palavra até então, nem a li nem entendo o que significa. Se esta palavra está em uso em remotos países bárbaros, ensina-me o que significa entre os bárbaros “falar por motivo de uma prolocução”. Pois eu, sendo latino, não entendo esta tua barbaridade. Se *prolocutio* é o mesmo que *prologus* ou *prooemium*, não consegue equivaler-se; pois os homens não falam ao povo por motivo de um proêmio ou de um prólogo, mas um proêmio e um prólogo são empregados em razão de um discurso. Mas se talvez queres dizer que *prolocutionis gratia* [por motivo de uma prolocução] é o mesmo que *gratia deceptionis et simulationis* [por motivo de engano

absurdissima. Atqui quod inquit “sapienter loquuntur”, in Graeco non est “loquuntur”, sed id uerbum ex se ipso interpres adiunxit. Deinde quod inquit “sapienter”, male capit. “Sophisma” enim non “sapientiam”, sed “deceptionem et cauillationem” significat. Itaque partim adiungit ipse de suo, partim male capit ex Graeco, partim male reddit in Latino, cum “prolocutionis gratia” dixerit, quod dicendum fuit “sub praetextu aliquo et simulatione”. Praetexitur enim causa et dolose confingitur, cum aliud agitur, aliud simulatur. Agitur enim re uera, ut tenuiores excludantur a rei publicae gubernatione; simulatur uero pro eorum commodis illa fieri, propter quae excluduntur.

Quod autem postea subicit “circa congregationem”, absurdissimum est. Verbum enim Graecum “contionem” significat, non “congregationem”. Differunt autem plurimum inter se. Nam congregatio est etiam bestiarum; unde “gregem” dicimus. “Contio” autem proprie est multitudo populi ad discernendum de re publica conuocata; et ita uerbum in Graeco significat. Itaque non recte transtulit, cum aliud pro alio posuerit nec uim seruauerit Graeci uerbi. – Sed hoc ueniale peccatum est.

e dissimulação], que diabos, afinal, é este teu discurso tão duro e inusitado, que chamas *simulatio* de *prolocutio* e interpretas *dolose confingere* [fingir enganosamente] como *sapienter loqui* [falar sabiamente]? Tudo isso é por demais absurdo! E ainda, quando diz *sapienter loquuntur* [falamos sabiamente], não há um *loquuntur* em grego, mas este verbo o tradutor o adjunziu por conta própria. Enfim, quando diz *sapienter*, compreende mal. *Sophisma* não significa, pois, *sapientia* [sabedoria], mas *deceptio* e *cauillatio* [engano e cavilação]. Consequentemente, parte acrescenta por sua própria conta, parte compreende mal do grego, parte reproduz mal em latim, como ao dizer *prolocutionis gratia* quando deveria ser dito *sub praetextu aliquo et simulatione* [sob algum pretexto e dissimulação]. Oculta-se, pois, uma causa e finge-se enganosamente, quando trata-se de uma coisa e simula-se outra. Obra-se, pois, na verdade, de modo a que os mais fracos sejam excluídos do governo da coisa pública; simula-se, porém, fazerem-se, em nome dos benefícios deles, aquelas coisas por causa das quais são excluídos.

Totalmente absurdo é o que apresenta depois: *circa congregationem* [sobre a congregação]. Pois a palavra grega significa *contio* [assembléia], não *congregatio* [congregação]. Elas diferem muito entre si. *Congregatio* [congregação] é também de animais; de onde dizemos *grex* [grei]. *Contio*, porém, é propriamente uma multidão de pessoas convocadas para deliberar sobre uma questão pública; e isso significa em grego. Por isso não traduziu corretamente quando transpôs uma coisa pela outra, nem conservou a índole da palavra grega. Mas

Ast illud nequaquam uenia dignum, quod subicit circa “praetoria.” Quod enim “praetoria” inquit, “iudicia” debuit dicere. “Iudicium enim furti” dicimus, non “praetorium furti”, et “res iudicata”, non “praetoriata” et “probationes in iudicio factas” et “iudicium de dolo malo.” Denique “dicastis” Graece, Latine “iudex”; “dicastirion” Graece, Latine “iudicium”: Hoc est uerbum e uerbo. Iste uero delirat et ea nescit, quae pueri etiam sciunt.

Circa “principatus” inquit: Haec est alia absurditas. Debuit enim “magistratus” dicere. Nam principatus est imperatoris uel regis; praetores uero et consules et tribunos plebis et aediles curules et praefectos annonae et alios huiusmodi numquam diceremus “principatum habere”, “magistratum gerere”. Est enim magistratus potestas uni uel pluribus hominibus a populo uel a principe commissa, principatus autem est maior quaedam supereminentia, cui ceterae omnes potestates parent. Sic Octavianum et Claudium et Uespasianum principes fuisse dicimus, Senecam uero, qui consul fuit temporibus Neronis, nemo principem appellasset. Erat enim tunc Nero “princeps”, non Seneca; neque consulatus Senecae “principatus” erat, sed “magistratus”; neque imperium Neronis “magistratus” diceretur, sed “principatus”. Haec sunt luce clariora. Nec quisquam Latinorum, qui litteras nouerit, huiusmodi officia et potestates ciuibus commissa “principatus” uocauit. Dicimus etiam

esse é um pecado venial.

Por outro lado, não é digno de nenhuma desculpa aquilo que apresenta como *circa praetoria* [sobre as pretorias]. Ao que chamou *praetoria* devia dizer *iudicia* [julgamentos]. Pois dizemos *iudicium furti* [julgamento por furto] e não *praetorium furti* [pretoria por furto], e *res iudicata* [questão julgada], não *praetoriata* [pretoriada], e *probationes in iudicio factas* [provas aduzidas em julgamento], e *iudicium de dolo malo* [julgamento por dolo mau]. Enfim, em grego *dicastes*, *iudex* [juiz] em latim; *dicasterion*, em grego, em latim *iudicium* [julgamento]. Isto é palavra por palavra. Este, na verdade, delira e ignora o que até as crianças sabem.

Circa principatus [sobre os principados] diz ele. Este é outro absurdo, pois devia dizer *magistratus* [cargo público]. *Principatus* é próprio do imperador ou do rei; e nunca diríamos que pretores, cônsules, tribunos da plebe, edis curuis e administradores de provisões de víveres e outros do gênero *principatum habere* [têm um principado], mas que *magistratum gerere* [exercem cargo público]. É, pois, um *magistratus* um poder concedido pelo povo ou pelo governante a um único homem ou a vários; um *principatus* é um tipo de supereminência, à qual todos os demais poderes obedecem. Assim, dizemos que Otaviano, Cláudio, Vespasiano foram *principes*; ninguém, porém, chamaria de *princeps* a Sêneca, que foi cônsul nos tempos de Nero, pois, então, Nero era o *princeps*, não Sêneca; nem o consulado de Sêneca era um *principatus*, mas um *magistratus*; tampouco se diria *magistratus* ao *imperium* [poder supremo] de Nero, mas *principatus*. Isso é mais claro do que a luz. E nenhum dos la-

“principem” per translationem: ut “princeps senatus”, idest primarius homo in senatu “princeps iuuentutis”, qui inter adolescentes fama et honore primarius habetur. Haec est consuetudo Latini sermonis. Hic autem interpres noster in aliis forsan non indoctus erat; litterarum certe penitus fuit ignarus.

Deinde subicit “circa armationem”, “circa exercitia”. Haec etiam duo puerilia sunt: “Armatio” enim non satis usitate dicimus; “exercitia” uero cuncta penitus opera sine ulla distinctione important. Aristoteles autem hoc ita ponit, ut exercitationes corporum ad bellicos usus designet.

Post haec resumens, quae prius enumerauerat, in hunc modum uerba subicit:

Circa congregationem quidem: licere omnibus congregationi interesse, damnum autem imponi diuitibus, si non intersint congregationi, uel solis uel multo maius; circa principatus autem: habentibus quidem honorabilitatem non licere abiurare, egenis autem licere; circa praetoria uero: diuitibus quidem esse damnum, his autem paruum. Eodem modo et de possidendo arma et de exercitari leges ferunt: Egenis quidem licet non possidere, diuitibus autem damnosum non possidentibus. Et si non exerceantur, his quidem nullum damnum, diuitibus autem damnosum, ut hi quidem propter damnum participant, hi autem propter non timere non participant. Haec quidem igitur sunt oligarchica sophistica legislationis.

tinis letrados chamou assim de *principatus* aos ofícios e poderes concedidos aos cidadãos. Dizemos também *princeps* metaforicamente, como *princeps senatus* [príncipe do senado], isto é, o primeiro homem no senado; *princeps iuuentutis* [príncipe da juventude], quem entre os jovens é considerado o primeiro em fama e honra. Esse é o uso linguístico latino. O nosso tradutor talvez não fosse indouto em outras coisas, mas foi profundamente ignorante das letras.

Por fim, apresenta *circa armationem, circa exercitia* [sobre o armamento, sobre os exercícios]. Essas são duas puerilidades: *armatio*, porque não a temos muito em uso; *exercitia*, porém, indicam todos as operações em geral, sem qualquer distinção. Aristóteles, no entanto, o apresenta de modo a designar os exercícios físicos nos usos bélicos.

Retomando depois o que havia anteriormente enumerado, acrescenta as seguintes palavras:

Sobre a congregação: a todos é permitido participar da congregação; aos ricos, porém, é imposto um dano, se não participarem da congregação, ou a eles sozinhos ou de um modo mais amplo. Sobre o principado: aos que possuem honorabilidade não é permitido abjurar, aos pobres, porém, é permitido. Sobre as pretorias: aos ricos, por certo, há dano, se não intervêm, aos pobres, porém, há licença, ou, a uns grande dano, a outros, pequeno. Do mesmo modo, tanto sobre o possuir armas como sobre o exercitar-se as leis ditam: aos pobres, por certo, é permitido não possuí-las, aos ricos, porém, que não as possuem, é danoso. E se não se exercitam, àqueles por certo nenhum dano, aos ricos, porém, é danoso, a fim de que estes participem por causa do dano, e aqueles não participem por não o temerem. Por isso, estas, na verdade, são sofisticadas questões oligárquicas da legislação.

O Aristotelis elegantiam! qui tanto studio de arte rhetorica scripsit, qui tanto splendore tantoque ornatu libros suos refersit. Istane tam balbutientia, tam absurda, tam muta in Latino illi redduntur, ut “prolocutiones”, ut “honorabilitates”, ut “propter non discuti” et “propter non scribi”, ut “oligarchica sophistica legislationis” et huiusmodi portenta uerborum dicantur, quae uix in pueris primas discentibus litteras tolerabilia forent?

Sed missas faciamus querelas et in illa ineptitudine loquendi errores insuper uideamus. Quo inquit “damnum imponi diuitibus, si non intersint congregationi”, non “damnum”, sed “poena” dicendum fuit. Licet enim damnatio poenam importet, tamen aliud est “damnum”, aliud “poena”. Nam damnum et fures afferunt et aues et quadrupedes, poena uero a lege imponitur, si contra quis faciat, quam iussit. Nec etiam “congregationi” dicendum fuit, sed “contioni”.

Quod uero postea subicit “habentibus honorabilitatem non licere abiurare principatus”: tria hic sunt – “honorabilitas” et “principatus” et “abiurare” –, quorum singula uitiose sunt posita. De “principatu” ostensum est supra euentissimis probationibus: non “principatus”, sed “magistratus” esse dicendum. Nunc autem de “honorabilitate” et “abiuratione” uideamus.

Oh elegância de Aristóteles! que com tanto empenho escreveu sobre a arte retórica, que com tanto esplendor e tanto ornato cumulou seus livros. São-lhe atribuídas em latim estas coisas tão balbuciantes, tão absurdas, tão inexpressivas, de modo a que se diga *prolocutiones, honorabilitates, propter non discuti, propter non scribi, oligarchica sophistica legislationis* [proloquções, honorabilidades, por não intervirem, por não escreverem, sofísticas questões oligárquicas da legislação] e, como esses, outros portentos verbais, que dificilmente seriam toleráveis entre as crianças que aprendem as primeiras letras?

Mas deixemos os lamentos e vejamos, ademais, entre aquela ineptidão, os erros de expressão. Porque disse: “damnum imponi diuitibus, si non intersint congregationi”, [aos ricos, porém, é imposto um dano, se não participarem da congregação] quando deveria ser dito *poena* [castigo] e não *damnum* [dano]. Embora uma condenação [*damnatio*] implique um castigo, uma coisa é, contudo, *damnum*, outra *poena*. Pois dano causam tanto os ladrões quanto as aves e os quadrúpedes, porém a pena é imposta pela lei, se alguém atua contrariamente ao que ela determina. Tampouco deveria ser dito *congregatio* [congregação], mas *contio* [assembléia].

No tocante ao que apresenta depois, “habentibus honorabilitatem non licere abiurare principatus” [aos que possuem honorabilidade não é permitido abjurar o principado], há três termos – *honorabilitas, principatus* e *abiurare* – cada um dos quais colocado equivocadamente. Sobre *principatus* foi mostrado acima mediante argumentos muito evidentes que não deveria ser dito

Quaero igitur, quid uelit dicere “honorabilitatem habentibus non licere abiurare”? Vtrum, si sint personae honorabiles ceu equites et nobiles, abiurare non possunt, mercatores autem et populares possunt, licet ditiores sint equitibus et nobilibus? Vel quomodo se haec habent? Nam si ad honorem lex respicit, non ad diuitias, nobiles etiam, si sint egeni, magistratus gerere compellentur, ignobiles uero, quamuis sint ditissimi, renuntiare poterunt. Nam licet diuites sint, non habent honorabilitatem. Vel dicemus: pauperem quidem habere honorabilitatem, si bonus sit, diuitem autem, si sit improbus, non habere? Atqui honorabilem esse constat bonum uirum, quamuis sit pauper, uituperabilem autem malum, quamuis sit diues. Qui uero honorabilis est, eum honorabilitatem habere negari non potest. Quod si haec ita sunt, cur inquit “habentibus honorabilitatem non licere, egenis autem licere”, quasi contrarii sint honorabiles et egeni?

Quid ad haec respondebit interpretis noster? Nihil profecto, quod rectum sit. Nam dato uno inconueniente plura sequuntur. Interpretis enim noster propter ignorantiam linguae “honorabilitatem” dixit, quod “censum” dicere debebat. Est autem census ualor patrimonii, quem iste stulto et imperito et inusitato uocabulo “honorabilitatem” nuncupauit. Ex hoc autem uerbo, quod inconuenienter ab “honore” traxit, mille, ut ita dixerim, inconuenientia sequerentur. Sed non

principatus, mas *magistratus*. Vejamos, porém, agora sobre *honorabilitas* e *abiurare*. Pergunto, portanto, o que quer dizer “honorabilitatem non licere abiurare”? Se são pessoas honoráveis, como cavaleiros ou nobres, não podem abjurar, contudo, mercadores e pessoas do povo podem, ainda que sejam mais ricos que os cavaleiros e os nobres? Ou como se consideram estas coisas? Mas se a lei considera a honra, não a riqueza, também os nobres, se forem pobres, são compelidos a exercer cargos públicos, porém os plebeus, ainda que sejam riquíssimos, poderão renunciar. Pois embora sejam ricos, não têm honorabilidade. Ou diremos que o pobre tem efetivamente honorabilidade, se for bom, mas o rico não tem, se for improbo? Contudo, consta que o homem bom é honorável, embora seja pobre, porém, o mau é vituperável, embora seja rico. Não se pode, contudo, negar que quem é honorável tem honorabilidade. E se isso é assim, por que diz ele “habentibus honorabilitatem non licere, egenis autem licere” [aos que têm honorabilidade não é permitido, porém aos pobres é permitido], como se *honorabiles* [honoráveis] e *egeni* [pobres] fossem contrários?

Que responderá a isso nosso tradutor? Nada, certamente, que seja correto, pois, uma vez cometida uma incoerência seguem-se outras mais. Pois nosso tradutor, por desconhecimento da língua disse *honorabilitas* quando deveria dizer *census* [censo]. É, pois, o censo o valor do patrimônio, que ele, com um vocábulo estúpido, inadequado e inusitado, chamou de *honorabilidade*. A partir desta palavra, que inconvenientemente derivou de *honor*, resultarão, por assim dizer, mil incoerên-

“honorabilitas” dicendum fuit, sed “census”; hoc est enim conueniens nomen et Graeco proprie correspondens, “honorabilitas” autem inconueniens ac penitus alienum. Ciuitates enim Graecorum ferme omnes censu moderabantur. Romae quoque census fuit a Seruio Tullio rege constitutus. Diuisit enim ciuitatem non secundum regiones, sed secundum censum, faciens unum corpus eorum ciuium, qui habebant censum supra centum milia aeris, aliud corpus habentium censum a centum milibus ad septuaginta quinque, tertium eorum, qui habebant censum a septuaginta quinque milibus ad quinquaginta; et ita descendens usque ad quinque milia peruenit. Infra eum numerum sine censu reliquit, quasi tenues et impotentes. Ex censu autem, quae domi et militiae subeunda forent onera, constituit. Quia uero patrimonium uel minuuntur uel augentur, de quinquennio in quinquennium recenseri constituit. Id quinquennium “lustrum” appellarunt; magistratus uero, qui censui praessent “censores” dicti sunt. Apud Graecos uero censores dicuntur “timitae” et census “timima” uocatur. Sed bonus ille interpres ista non legerat. Verum pro censu “honorabilitatem” somniauit, nouum faciens uerbum a se ipso, quod nemo ante posuerat.

Quod autem inquit “licere abiurare magistratum”: dubito, ne uerbum “abiurare” non recte sit positum; praepositio enim ad uerbum “iuro” addita “falsum iuramentum” significare uidetur, ut periurare, deierare, abiurare. Sallustius de Sempronia creditum “abiurauerat”; caedis conscia fuerat. “Abiurare creditum” est: falso iuramento se a

cias. Pois devia ser dito *census*, não *honorabilitas*; este é o nome conveniente e propriamente correspondente em grego; *honorabilitas*, porém, é inconveniente e totalmente inoportuno. Pois quase todas as cidades dos gregos eram governadas segundo o censo. Também em Roma, o censo foi instituído pelo rei Sêrvio Túlio. Dividiu a cidade não conforme as regiões, mas conforme o censo, criando uma só classe daqueles cidadãos que tinham um censo acima de cem mil asses, outra classe dos que tinham um censo de 100 mil a 75 mil asses, uma terceira dos que tinham um censo de 75 mil a 50 mil asses, e assim em escala descendente até chegar a 5 mil asses. Abaixo deste número deixou sem censo, como se fossem fracos e desvalidos. A partir do censo, pois, estabeleceu os encargos que deveriam ser aportados na paz e na guerra. Contudo, porque os patrimônios diminuem ou aumentam, estabeleceu que se recenseasse de cinco em cinco anos. Chamaram a este quinquênio de *lustrum* [lustru]; e os magistrados que presidissem ao censo foram chamados *censores*. Entre os gregos, contudo, os censores são chamados *timetai*, e o censo, *time-ma*. Mas aquele bom tradutor não havia lido isso. Na verdade, deu a *honorabilitas* no lugar de *census*, criando por si mesmo uma nova palavra que ninguém antes empregara.

E quando disse “licere abiurare magistratum” [é permitido abjurar o cargo público], duvido que a palavra *abiurare* esteja empregada corretamente; pois uma preposição adjungida ao verbo *iuro* parece significar “falso juramento”, como *periurare* [jurar em falso], *deierare* [comprometer-se com juramento falso], *abiurare* [negar com jura-

pecunia credita defendere. Itaque “abiurare magistratum” esset: falso iuramento magistratum negare, quod non cadit in praesenti sententia.

Illud autem, quod subdit circa praetoria, “diuitibus esse damnum, si non discutiant, egenis uero licentiam”, satis ostendimus supra: non “praetoria”, sed “iudicia”, neque “damnum”, sed “poenam” esse dicendum. In quibus adeo turpis est error, ut pueros etiam, qui primas discunt litteras, pudere deberet tantae ignorantiae ac ruditatis. Deinde, quod inquit “si non discutiant”, imperitissimum est. Nam et iudices parum diligentes interdum non “discutiunt” ea, de quibus “iudicant”. Hoc autem pauperi non permittitur, ut “iudex” sit et non “discutiat”, sed excusare se potest ab onore “iudicandi”.

Sequitur deinde cetera barbaries usque ad praeclearam illam conclusionem, cum inquit “haec quidem igitur sunt oligarchica sophistica legislationis”. Quae dum lego, partim ingemisco, partim rideo. Ingemisco enim elegantiam illorum librorum in tantam barbariem fuisse conuersam; rideo uero, quod uerba illius conclusionis tamquam medicinalia quaedam mihi uidentur. Perinde est enim dicere “oligarchica sophistica legislatio-

mento falso]. Salústio escreve sobre Semprônia que ela *creditum abiurauerat*¹³ [abjurara uma dívida]; que ela soubera de crimes. *Abiurare creditum* significa livrar-se de uma dívida contraída sob falso juramento. Por isso, *abiurare magistratum* seria renegar um cargo público sob falso juramento, o que não condiz com a sentença em questão.

Aquilo que apresenta equivocadamente sobre *praetoria* (“diuitibus esse damnum, si non discutiant, egenis uero licentiam” [aos ricos há dano, se não intervêm, aos pobres, porém, há licença]), mostramos suficientemente acima: deve se dizer *iudicia* [julgamentos] e não *praetoria* [pretorias], *poena* [castigo] e não *damnum* [dano]. Nos quais o erro é tão torpe que, de tanta ignorância e rudeza, deveria envergonhar até as crianças que aprendem as primeiras letras. Em seguida, quando diz “si no discutiant” [se não intervêm] é do máximo desconhecimento. Pois também os juízes pouco diligentes por vezes não intervêm nas questões que julgam. Ao pobre, porém, não se lhe permite que seja juiz e não intervenha, mas pode se excusar pelo ônus do julgar.

Seguem-se, então, outras barbaridades até à preclara conclusão, quando diz “haec quidem igitur sunt oligarchica sophistica legislationis” [por isso essas são, pois, sofisticadas questões oligárquicas da legislação]. Enquanto as leio, por um lado lamento, por outro rio. Lamento que a elegância daqueles livros foi transformada em tamanha barbaridade; rio, contudo, porque as palavras daquela conclusão parecem-me como certos medicamentos. Pois dizer

¹³ Salústio, *A Conjuração de Catilina*, XXV, 4: “Sed ea saepe antehac fidem prodiderat, creditum abiurauerat, caedis conscia fuerat, luxuria atque inopia praeceps abierat.”

nis”, ac si quis dicat “aromatica styptica primae decoctionis”. O me simplicem! qui cola et commata et periodos et dicendi figuras ac uerborum sententiarumque ornamenta seruari postulem ab huiusmodi hominibus, qui, nedum ista non sentiunt, sed ne primas quidem litteras tenere uideantur; tanta sunt ignorantia ruditatemque loquendi.

Quid de uerbis in Graeco relicta dicam, quae tam multa sunt, ut semigraeca quaedam eius interpretatio uideatur? Atqui nihil Graece dictum est, quod Latine dici non possit! Et tamen dabo ueniam in quibusdam paucis admodum peregrinis et reconditis, si nequeant commode in Latinum traduci. Enim uero, quorum optima habemus uocabula, ea in Graeco relinquere ignorantissimum est. Quid enim tu mihi “politiam” relinquis in Graeco, cum possis et debeas Latino uerbo “rem publicam” dicere? Cur tu mihi “oligarchiam” et “democratiam” et “aristocratiam” mille locis inculcas et aures legentium insuasissimis ignotissimisque nominibus offendis, cum illorum omnium optima et usitatissima uocabula in Latino habeamus? Latini enim nostri “paucorum potentiam” et “popularium statum” et “optimorum gubernationem” dixerunt. Vtrum igitur hoc modo Latine praestat dicere, an uerba illa, ut iacent, in Graeco relinquere?

“Epiichia” est iustitiae pars, quam nostri iurisconsulti “ex bono et aequo” appellant. “Ius scriptum sic habet – inquit iurisconsultus –,

“oligarchica sophistica legislationis” é como se alguém dissesse “aromatica styptica primae decoctionis” [adstringentes aromáticos de primeira decocção]. Oh, que ingenuidade a minha pedir que membros, incisões e períodos, e estilos, e ornamentos de palavras e de pensamentos fossem conservados por homens desta natureza, que não só não percebem estas coisas, como nem sequer parecem possuir as primeiras letras, tamanhas são a ignorância e a rudeza de expressão.

Que dizer das palavras deixadas em grego, que são muitíssimas, a ponto de sua tradução parecer algo semigrega? No entanto, nada foi dito em grego que não possa ser dito em latim. Concederei, contudo, licença para umas poucas palavras demasiadamente estranhas e obscuras, se não puderem ser adequadamente traduzidas ao latim. Sem dúvida, é da máxima ignorância deixar em grego vocábulos para os quais temos excelentes correspondentes. Por que, pois, me deixas em grego *politeia*, quando podes e deves dizer a palavra latina *res publica*? Por que tu me repetes em mil passagens *oligarchia*, *democratia*, *aristocratia*, e feres os ouvidos dos leitores com nomes dos mais desaconselhados e desconhecidos, quando temos em latim vocábulos muitíssimo excelentes e usados para todos eles? Pois nossos latinos disseram *paucorum potentia* [poder de poucos], e *popularis status* [estado popular], e *optimorum gubernatio* [governo dos nobres]. Por isso, é melhor falar deste modo em latim ou deixar aquelas palavras em grego como estão?

Epieikeia é parte da justiça que nossos jurisconsultos denominam *ex bono et aequo* [do bom e equânime]. Diz um jurisconsulto:

debet tamen ex bono et aequo sic intelligi, et aliud ex rigore iuris, aliud ex aequitate.” Et alibi inquit: “Ius est ars boni et aequi.” Cur tu ergo mihi “epiichiam” relinquis in Graeco, uerbum mihi ignotum, cum possis dicere “ex bono et aequo”, ut dicunt iurisconsulti nostri? Hoc non est interpretari, sed confundere, nec lucem rebus, sed caliginem adhibere.

Quid dicam de suavitate ac rotunditate orationis, qua quidem in re plurimum laborasse Aristoteles in Graeco uidetur. Hic autem interpretes ita dissipatus delumbatusque est, ut miserandum uideatur, tantam confusionem intueri. Taedet me plura referre. Est enim plena interpretatio eius talium ac maiorum absurditatum et delirationum, per quas omnis intellectus et claritas illorum librorum miserabiliter transformatur fiuntque ii libri ex suauibus asperi, ex formosis deformes, ex elegantibus intricati, ex sonoris absoni et pro palaestra et oleo lacrimabilem suscipiunt rusticitatem: ut, si quis apud inferos sensus sit rerum nostrarum, indignetur et doleat Aristoteles libros suos ab imperitis hominibus ita lacerari, ac suos esse neget, quos isti transtulerunt, ac suum illis nomen inscribi molestissime ferat. Haec igitur ego tunc reprehendi et nunc etiam reprehendo.

“A lei escrita é assim, porém deve ser entendida de acordo com o bom e o equânime, por um lado segundo o rigor da lei, por outro segundo a equanimidade”. E em outro lugar diz: “A lei é a arte do bom e do equânime”. Por que tu, pois, me deixas em grego *epieikeia*, palavra para mim desconhecida, quando podes dizer *ex bono et aequo*, como dizem nossos juristas? Isso não é traduzir, mas confundir, nem lançar luz às coisas, mas trevas.

Que dizer da suavidade e da harmonia do discurso, nas quais Aristóteles parece certamente haver se empenhado muito em grego? Nisso o tradutor é tão dispersivo e desleixado que é lastimável considerar tamanha confusão. Cansa-me relatar outras questões. E a tradução dele está cheia de tais e ainda de maiores absurdos e delírios, pelos quais todo entendimento e clareza daqueles livros são transformados miseravelmente, e tais livros tornam-se de suaves ásperos, de formosos deformes, de elegantes intrincados, de sonoros absonos, e em vez de graça e apuro assumem uma rusticidade deplorável, a tal ponto que, se alguma sensibilidade há no outro mundo com respeito às nossas coisas, Aristóteles se indigne e se condoa de que livros seus sejam assim maltratados por homens inábeis, e negue serem seus os que estes traduziram, e suporte com muitíssimo pesar que se escreva seu nome sobre eles. Isso, pois, eu então lhe critiquei, e ainda agora critico.

III.

Quod autem non alienae sint reprehensiones meae a consuetudine doctissimorum hominum, et Hieronymus et M. Cicero probant; quorum reprehensiones si in similibus legantur, uidebuntur meae tanto clementiores esse, quanto aures nostrae ad huiusmodi corruptiones propter saeculi ignorantiam quodammodo iam occalluerunt. Illis uero tamquam monstra et inaudita prodigia uiderentur.

III.

Que, porém, minhas críticas não são estranhas ao costume dos homens mais instruídos, comprovam-no tanto Jerônimo quanto Cícero. Se as críticas deles se leem em situações similares, as minhas parecerão ser tanto mais clementes quanto os nossos ouvidos tornaram-se já, de certa forma, insensíveis às corrupções deste tipo por causa da ignorância do século. A eles, contudo, pareceriam como que monstruosidades e manifestações inauditas.¹⁴

*Trad. de Mauri Furlan
maurizius@gmail.com*

Universidade Federal de Santa Catarina

Fonte: Hans Baron (Hg.).

*Leonardo Bruni Aretino, Humanistisch-Philosophische Schriften,
Leipzig-Berlin, B. G. Teubner, 1928.*

Referências bibliográficas

- BRUNI ARETINO, Leonardo. “De interpretatione recta”, in Hans Baron (Hg.). *Humanistisch-philosophische Schriften*. Leipzig: Teubner, 1928.
- FOLENA, Gianfranco. *Volgarizzare e Tradurre*. Turim: Unione Tipografico-Ed. Torinese, 1991.
- GRIFFITHS, Gordon *et al.* “General introduction”, in *The humanism of Leonardo Bruni. Selected Texts*. Binghamton/Nueva York: M&R, 1987.

¹⁴ Em todos os manuscritos conservados, o texto é interrompido aqui. A julgar pelo que Bruni propunha no prefácio, a obra ficou incompleta em sua terceira e última parte.